

O ambientalismo e as novas negociações dos Mura do rio Preto do Igapó-Açú (AM)*

Marta Amoroso**

AMOROSO, M. O ambientalismo e as novas negociações dos Mura do rio Preto do Igapó-Açú (AM). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 15-24, 2011.

Resumo: O tema das *topofilias* aproximou a Antropologia da Arqueologia das terras baixas sul-americanas no início do século XX e, desta aproximação disciplinar, surgiu a definição do Mura como o caso paradigmático do caçador-coletor da floresta tropical. Pretende-se neste artigo retomar esse diálogo interdisciplinar tendo em vista a caracterização do regime de relações dos Mura com o ambiente. Partindo dos resultados dos relatórios de identificação e delimitação das T.Is. Mura, indaga-se sobre o modelo mais adequado de políticas públicas voltadas para os Mura, levando em conta a particularidade da sua territorialidade, mas também sua longa história de contato. Da constatação de certo conservadorismo adotado como padrão de proteção legal das T.Is. Mura, indaga-se sobre as novas negociações dos Mura frente às políticas ambientais que circundam as Terras Indígenas do sistema hidrográfico do rio Madeira.

Palavras-chave: Mura – Caçador-coletor – Ambientalismo – Territorialidade – Territorialização.

Os Mura na Amazônia contemporânea

Um dos últimos dos povos amazônicos a terem demarcadas suas terras, os Mura passaram, com o processo de territorialização, a ganhar maior visibilidade como população cabocla contemporânea habitante da calha dos grandes rios, associada às formas de habitação ribeirinha junto ao sistema hidrográfico dos rios

Madeira e Purus. Ao processo de territorialização das Terras Indígenas Mura (T.Is.) se seguiu, mais recentemente, uma série de iniciativas públicas de criação de unidades de conservação que incidem sobre a região, representando em alguns casos a fronteira externa da terra indígena. Parte-se aqui dos resultados dos relatórios de identificação e delimitação das T.Is. Mura para indagar sobre modelo mais adequado de políticas

(*) Este artigo origina-se da comunicação apresentada na XII Jornada das Ciências Sociais realizada em novembro de 2010 em homenagem à antropóloga Manuela Carneiro da Cunha na UNESP-Marília (Amoroso 2011). A partir daquela discussão inicial, destacamos no presente artigo o tema da territorialidade e territorialização dos Mura, apresentado no encontro II Semana de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), na Mesa-Redonda: Espaço, Organização Social e Tecnologia: Uma abordagem interdisciplinar. Faculdade

de Educação, USP A pesquisa desenvolve-se no âmbito do programa de apoio acadêmico PROCAD "Paisagens ameríndias: habilidades, mobilidades e socialidades nos rios e cidades da Amazônia" (USP/UFAM, da CAPES).

(**) Centro de Estudos Ameríndios - CESTA. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <mramoroso@usp.br>

públicas voltadas para os Mura, tendo em vista as particularidades da sua territorialidade e da sua longa história de contato. Da constatação de certo conservadorismo adotado como padrão de proteção legal das terras indígenas Mura, indaga-se sobre as novas negociações dos Mura frente às políticas ambientais que circundam e alcançam as Terras Indígenas do sistema hidrográfico do rio Madeira.

A população Mura de todo o estado do Amazonas é calculada hoje em por volta de 10 mil pessoas (FUNASA 2010). Esta cifra, entretanto, sabe-se que está subdimensionada, já que se refere exclusivamente à população aldeada nas Terras Indígenas. Tomando como referência apenas o município de Borba, dados da Prefeitura Municipal estimam que, de uma população total de 30 mil habitantes, 60% do segmento rural calculado em 17 mil pessoas é constituído pelos Mura e Mundurucu.¹

Quando há duas décadas se iniciaram os trabalhos de demarcação das T.Is. Mura da Amazônia, a FUNAI acumulava uma série de demandas dos Mura do rio Madeira por maiores garantias de seus territórios, como atestam os relatórios de Sílvia Tafuri na década de 1980 (s/d). Ao final das atividades dos primeiros grupos de trabalho da FUNAI (GT FUNAI), no início da década de 1990, e do investimento – inédito – em pesquisas sistemáticas sobre as condições de vida dos Mura nos rios, lagos e igarapés do sistema hidrográfico do rio Madeira, constatou-se temas comuns nos laudos antropológicos. Alguns dos relatórios (Amoroso 1999 e 2000a; Pequeno 1999a, 1999b, 1999c, 1999d, 1999e, 1999f; Perez & Monteiro 1997; Perez 1997; Romano 1992a, 1992b; Souza 1998a, 1998b, 1998c, 1998d e 1999) aludiam a um quadro de dispersão dos Mura dos rios e de evasão em direção às cidades, datado das primeiras décadas do século XX. Os relatórios registraram que a época fora marcada pela ação dos patrões do extrativismo da castanha-do-pará, em consórcio com administradores e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores (S.P.I.). Nos municípios de Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Careiro da Várzea, Autazes, Manaquiri,

Anori, Beruri e Itacoatiara, onde a FUNAI identificava a presença de famílias extensas Mura, a memória dos adultos se referia ao quadro traumático de dispersão, que para alguns autores (Romano 1998: 161-216) corresponderia a um marco de temporalidade dos Mura, a ruptura de um tempo mítico pelo evento das febres epidêmicas e o início do tempo histórico.

A parceria patronal entre indústria extrativista e S.P.I. deixou suas marcas no loteamento do território Mura (Lei nº 941 do Governo do Estado do Amazonas, de 1917) ao impor o modelo de território indígena circunscrito a pequenas glebas de terra descontínuas, muito aquém das necessidades de subsistência e de reprodução física e cultural dos Mura no início do século passado (Amoroso 2000b).² A revisão do processo de loteamento iniciou-se em 1996, quando a FUNAI deu início aos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mura da Amazônia, criando cinco grupos de trabalho que atuaram inicialmente nos municípios de Careiro, Borba, Autazes e Manicoré.³

Tal revisão, entretanto, em muitos dos casos foi marcada por forte conservadorismo, no sentido que a definição da Terra Indígena atendia mais aos antigos arranjos do passado – que constrangeram famílias em áreas exíguas – do que propriamente cumpriam o que Portaria nº 14/1996 do Ministério da Justiça recomendava. Por esta, deveriam ser garantidos aos Mura direitos originários à terra tradicionalmente ocupada. O quadro do loteamento das áreas em glebas encontrado pelos

(2) Sobre o processo de identificação e delimitação das T.Is. Mura no estado do Amazonas, ver: www.socioambiental.org.

(3) As outras Terras Indígenas Mura na Amazônia são: Padre, Paraná do Arauató, Rio Jumas, Pinatuba, Rio Urubu, Rio Manicoré, Fortaleza do Castanho, Tracajá, Cuia, Gavião, Lago Aiapuá, Lago Capaná, Lago Jauari, Méria, Miguel/Josefa, Natal/Felicidade, Patauá, Paracuhuba, Recreio/São Félix, São Pedro, Trincheira, Cunha-Sapucaia, Lago do Marinheiro, Tabocal, Apipica, Ariramba, Boa Vista, Itaitinga, Miratu, Murutinga, Ponciano, Sissafma, Lago do Limão, Capivara, Muratuba, Guapenu, Vista Alegre, Jauary, Setemã, Arary e Pantaleão (Amoroso 2000b). Sobre o amplo processo de territorialização das Mura na Amazônia ver ainda: Pequeno 1999a, 1999b, 1999c, 1999d, 1999e, 1999f; Perez 1997, Perez & Monteiro 1997; Romano 1992a, 1998; Tafuri s/d; Souza 1998a, 1998b, 1998c, 1998d, 1999.

(1) Conforme o documento "Relação das comunidades existentes na zona rural". Assessoria administrativa para assuntos da zona rural, Prefeitura Municipal de Borba, Estado do Amazonas: 2006.

Grupos de Trabalho/FUNAI foi, em muitos casos, mantido, não gerando sequer uma apreciação mais acurada das reais necessidades da população Mura dispersa entre as aldeias e a periferia das cidades da Amazônia. Uma honrosa exceção se faz à proposta de demarcação da T.I. Cunchã-Sapucaia, hoje homologada, mérito da habilidade de negociação das lideranças indígenas das aldeias do rio Preto do Igapó-Açu com a equipe do GT/FUNAI, lideranças estas que souberam superar – temporariamente – distensões políticas internas em nome da definição de uma proposta de demarcação da terra indígena em área contínua, que protegia as nascentes dos grandes rios, igarapés e o entorno dos lagos que marcam a paisagem da região.

Mais recentemente, as unidades de conservação criadas na região passam a constituir o pano de fundo de qualquer plano de revisão das T.Is. Mura.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri

Quanto ainda se aguardava a conclusão dos processos de homologação de muitas das T.Is. Mura, empreendimentos do Estado do Amazonas e do Governo Federal envolveram os Mura da região do rio Preto do Igapó-Açu. Em março de 2009 foram criadas seis novas unidades de conservação estaduais,⁴ entre elas a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri, vizinha da T.I. de Cunchã-Sapucaia. A iniciativa visava citando as palavras dos representantes do Ministério do Meio Ambiente⁵ – proteger o entorno da BR 319 que liga Porto Velho à Manaus e que aguarda a liberação da pavimentação. A área protegida, que no total cobre 23 mil

km², foi exigência imposta pelo Ministério do Meio Ambiente para a licença ambiental da recuperação da BR 319. A velha e intransitável rodovia é uma das obras previstas no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal; pavimentada, dará acesso à área entre os rios Madeira e Purus, uma das mais significativas do ponto de vista da biodiversidade amazônica, de onde provêm as fontes de nutrientes do rio Amazonas. A rodovia se liga ao complexo de hidrelétricas do rio Madeira – Santo Antonio e Jirau –, outros dois mega-projetos do mesmo PAC, que mobilizaram na região um contingente de 37 mil operários, a maioria deles migrantes.⁶

Para a população Mura, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri pode vir a representar um verdadeiro “cavalo de tróia ambiental”, como um programa similar foi definido (Albert & Le Tourneau 2004: 372), já que passa a fazer parte do cotidiano de aldeias Mura que ainda nem bem se deram conta do que está por vir com o impacto da pavimentação da BR 319 e com a entrada em funcionamento das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau. Para os Mura, as políticas ambientais compensatórias que se configuram por meio da criação das unidades de conservação passam a definir externamente os contornos da T.I. Cunchã-Sapucaia e a estabelecer com seus moradores uma interlocução que, até o momento, se apresentou como distante e mesmo desqualificada,⁷ entretanto prenhe de consequências no dia-a-dia e no futuro dos Mura.

Diante dos embates que envolvem o tema do conservacionismo nas Terras Indígenas, o caso da T.I. Cunchã-Sapucaia nos permite indagar sobre políticas públicas mais adequadas aos Mura do rio Preto do Igapó-Açu, tendo em vista as particularidades de sua territorialidade, de um lado, e de outro, sua longa história de contato.

(4) São elas: *Parque Estadual do Matupiri* (com 5.137 km²), *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri* (com 1.790 km²), *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Igapó-Açu* (com 3.975 km²), *Reserva Extrativista de Canutama* (com 1.979 km²), *Floresta Estadual de Canutama* (com 1.505 km²) e *Floresta Estadual de Tapaua* (com 8.817 km²). Ao todo, serão 28 unidades de conservação ao longo da BR 319: 11 federais, 9 estaduais no Amazonas e 8 estaduais em Rondônia.

(5) “Unidades de Conservação do Estado do Amazonas” Manaus: SDS/SEAPE, 2007, cf: Parque Estadual do Maturiri, AM, www.socioambiental.org.

(6) Sobre os episódios recentes que ocorreram nos canteiros de obras das hidrelétricas Jirau e Santo Antonio, nas proximidades de Porto Velho, envolvendo o contingente de operários migrantes insatisfeitos com as condições de trabalho impostas, ver *Folha de São Paulo*, 18 e 19 de Março de 2011, Caderno Mercado.

(7) Ver, por exemplo, o *Plano de Gestão do Governo do Estado do Amazonas*, entendido como uma das contrapartidas do governo do estado para mitigar o impacto da pavimentação da estrada, e a ausência nele de uma reflexão sobre as T.Is. Mura.

Interessa-nos conferir com os Mura qual o regime que rege suas relações com o ambiente e pensar a particularidade da sua presença na Amazônia. Baseamo-nos para tanto na crítica etnológica à razão naturalista ocidental (Descola 1986, 1992, 1996, 1998, 2005; Descola & Pálsson 1996; Viveiros de Castro 2002), já que, por meio dela, poder-se-ia reconduzir os estudos sobre populações caboclas – campo no qual os Mura são identificados – a uma chave que as aproxima das cosmologias ameríndias no que tange à dimensão de criatividade e autonomia expressas tanto na sua relação com o ambiente como nas interações com os não-índios, trilha percorrida anteriormente por trabalhos como os de Peter Gow sobre o Baixo Urubamba (1991), mas pouco exploradas para as populações caboclas da Amazônia brasileira (Amoroso 2007, 2011).

Antes das aldeias, as “Casas Particulares”

Seguindo uma inspiração de M. Strathern (1998: 109-139), assume-se aqui que os Mura são agentes ativos de mudanças e que, quando refletem sobre o velho e o novo, estão produzindo marcações da construção de diferenças que os interessam, sinalizando para diferenciações internas relevantes. É o caso, por exemplo, de quando falam de um tempo anterior às aldeias. Para os Mura, delineiam-se dois universos temporais distintos. O primeiro deles se refere a 50 anos atrás, quando contam que habitavam em “casas particulares”, querendo aludir às residências isoladas das famílias nucleares dispostas ao longo dos rios, em frente aos igarapés, lagos ou furos. Os adultos das atuais aldeias Mura da T.I. Cunhã-Sapucaia guardam lembranças da sua primeira infância em locais afastados de outras residências, “no meio do mato”, como explicam. Algo distinto, portanto, da vida em aldeias e comunidades, como moram hoje, aglomerados de moradias e moradores estimulados pelo Estado.

A territorialidade simbolizada na imagem das “casas particulares” alude à história dos Mura na paisagem, expressão que tomamos da obra de T. Ingold (2000: 193) para evidenciar a paisagem enquanto o produto da interação do caçador-coletor com o ambiente, marcada pelos grandes deslocamentos. Muitos dos pontos conhecidos e frequentados pelos Mura do rio Preto do Igarapé-Açu

ficaram de fora do desenho da T.I., a demarcação representando uma inevitável contenção aos conhecidos padrões da territorialidade dos Mura, territorialidade esta largamente citada – ainda que inapropriadamente, como veremos adiante – pelas autoridades coloniais que moveram a guerra contra os Mura: pelos relatos dos viajantes e naturalistas do século XIX e, nas primeiras décadas do século XX, já em diálogo com a pauta acadêmica da etnologia ameríndia, pela reflexão de C. Nimuendaju e C. Tastevin.

Os caboclos Mura do Taciua, do Matupiri e do Igarapé do Foles – como os moradores adultos de Cunhã-Sapucaia se auto identificam – não guardam lembrança da existência de aldeias ao longo do rio Jutai do Igarapé-Açu para além do Posto do S.PI de Cunhã. Cada família nuclear pertencia a determinada localidade cujo topônimo poderia eventualmente identificar seus membros enquanto caboclos de tal rio, igarapé ou lago.

No tempo das “casas particulares”, o caçador Mura dedicava parte de suas atividades para atender à demanda colocada pelos comerciantes, que no inverno percorriam o rio Preto do Igarapé-Açu em busca de produtos do extrativismo, entre eles, o couro de animais silvestres: onça, porco do mato, jacaré, lontra. Caçar – além da atividade cotidiana que se intensifica no inverno e tempo da chuva, quando o peixe escasseia – era, nessa circunstância, a forma de se garantir alguma mercadoria trocada por couro de animais nos barcos dos regatões. Mas, e principalmente – já que a subsistência jamais foi problema naquelas paragens providas de rios piscosos e caça farta –, era o meio dos Mura se inserirem em uma rede de relacionamentos na qual figuravam como fregueses de um ou mais padrões de Borba e Manaus, rede na qual o caboclo do rio Igarapé-Açu estabeleceu laços de compadrio, amizade, quando não raramente, de parentesco.⁸ Para os Mura, o peso das configurações sociocomerciais complexas e heterogêneas que contam com a participação ativa e intensiva da população indígena pode ser demonstrado por

(8) Os sobrenomes Azam e Bentes, de ascendência judaica na Amazônia, são recorrentes nas genealogias das famílias Mura das atuais aldeias do Piranha, Forno e Igarapé-Açu, todas na T.I. Cunhã-Sapucaia, demonstrando a extensão e abertura dessa rede, de um lado, e, de outro, os mecanismos de incorporação acionados nas aldeias.

meio da atuação do próprio órgão de tutela dos índios da Amazônia, o S.PI., que até meados dos anos 1960 contribuía no negócio da castanha-dopará na condição de patrão dos Mura, adequando a articulação dos índios ao sistema, de forma a garantir a circulação da mercadoria e a civilização dos índios por meio do trabalho nas frentes extrativistas (Moreira Santos 2009).

O nascimento da aldeia Mura constitui o segundo horizonte temporal assinalado pelos Mura e nele o tema da caça, da pesca e da relação dos parceiros de fora do rio recebe novos enquadramentos. A aldeia é associada pelos Mura a uma condição que antecede em alguns anos os trabalhos de demarcação da T.I. Cunhã-Sapucaia – momento em que a existência de “aldeias” é recomendada implicitamente pelo órgão de tutela para a composição da T.I. Se nos ativermos ao tema da caça e da pesca e à rede que estas atividades-eixo mobilizam agora na nova circunstância das aldeias Mura – em termos de circulação de mercadorias e de pessoas –, veremos que novos dualismos se apresentam e parecem ameaçar todo o tempo o ideal de adensamento urbano e convivência pacífica cobrados pelo Estado, por meio do órgão indigenista, pelos setores responsáveis pelo atendimento da saúde ou pelos responsáveis pela implantação e manutenção do sistema de educação diferenciada indígena. No centro do faccionalismo contemporâneo dos Mura se coloca agora o debate em torno do conservacionismo e do conceito de “preservação”, que se refere diretamente à prática da caça e da pesca na T.I. e que gera interpretações variadas, mais ou menos próximas das orientações do ambientalismo e do indigenismo do Estado.

Depois de homologadas as T.Is. dos Mura, mecanismos de fiscalização foram acionados pela FUNAI, mobilizando fiscais indígenas.⁹ De um lado, aldeias e redes de parentesco articuladas a elas foram destacadas pela FUNAI para ocuparem o posto de Fiscais da T.I. Portando coletes de fiscais, dezenas de diplomas de cursos de capacitação sobre a temática ambientalista e amplos direitos de deter barcos de pesca comercial

– muitos deles de antigos parceiros –, esses novos agentes da mudança se opõem a um segundo segmento político, formado por aldeias e redes de parentesco que usam o emblema do ecoturismo e da pesca ecológica para construir brechas significativas na blindagem da T.I., de forma a manter reativadas parcerias lucrativas.

O negócio do Turismo Ecológico em Terra Indígena é tema controverso, como se sabe.¹⁰ Representa a entrada de um volume considerável de capital nas aldeias que, em troca, devem franquear a pesca para os turistas por 60 dias – no auge da estação do peixe gordo. Os turistas cobram das aldeias Mura alguma autenticidade, como artesanato indígena, por exemplo, e daí o interesse das aldeias desse segundo bloco em cursos de capacitação, não em ecologia e sustentabilidade – temática dos cursos organizados pela COIAB (Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) nas outras aldeias – mas sim cursos de artesanato. Os turistas e empresários do turismo esperam ainda dos Mura as famosas habilidades de pescador (ainda que, por contrato, a presa conquistada deva ser devolvida ao rio).

Os Mura associam os empresários do ecoturismo às festivas e dadas cerimônias para práticas religiosas conduzidas por pastores da Igreja Batista de Jauary (Manicoré), cerimônias (“reuniões”) que chegaram com os turistas, muitos da mesma agremiação religiosa. A pesquisa em curso busca registrar como os Mura acompanham as atividades dessa agremiação religiosa nas T.I. de Cunhã-Sapucaia. Adiantamos que as reuniões da Igreja Batista, frequentadas pelos Mura tanto na T.I. de Cunhã-Sapucaia como na cidade de Borba, intensificaram a atividade xamânica nas aldeias, o que mais uma vez nos leva às conclusões apontadas por Carneiro da Cunha (2000: 102-113) quanto à capacidade dos xamãs de reunirem mais de um ponto de vista e, assim, tornarem-se indispensáveis em tempos de mundos novos.

(9) Para um debate sobre as consequências da instrumentalização dos índios enquanto fiscais contra a biopirataria na Amazônia, ver Carneiro da Cunha (2009a: 334).

(10) Dentro das políticas públicas voltadas para as populações Mura, o Turismo Ecológico pode ser tanto estimulado como combatido, restando aos moradores da T.I. optar entre o apoio da FUNAI, que os mantém distantes das empresas de turismo, ou o apoio do Governo do Estado do Amazonas, que tende a estimular as iniciativas de turismo em área indígena.

Quanto ao tema do conservacionismo na T.I., o que se coloca em questão para as lideranças é, portanto, quem tem direito de usufruir, com os Mura, dos nichos de caça e de pesca tradicionalmente associados a eles e hoje reservados pelo Estado para uso exclusivo da população indígena, debate que opõe duas turmas identificadas a lideranças e suas respectivas redes políticas. Os embates podem levar aos ápices de violência, com jovens feridos de ambos os lados, atmosfera de guerra xamânica entre as aldeias e acusações de feitiçaria. Sugerimos que, para acompanhar como os Mura entendem e qualificam essas mudanças e como elas afetam a vida de homens e mulheres, é preciso partir do regime que rege suas relações com o ambiente e inserir os estudos sobre os Mura do Igapó-Açú no contexto das pesquisas recentes sobre o multiculturalismo amazônico (Viveiros de Castro 2002: 267-294). Mostrei em outro momento que é possível estabelecer aproximações entre a reflexão acumulada sobre o caçador-coletor Mura nos seus embates interpessoais com suas presas nas caçadas e pescarias, e os temas da predação e do perspectivismo; a doença e a cura do caçador traduzindo um plano de relações que toma as entidades subaquáticas e da mata enquanto sujeitos em enfrentamento (Amoroso 2011).

Caçadores-coletores e o diálogo interdisciplinar

Vamos à categoria caçador-coletor, de franca circulação interdisciplinar entre a Pré-História, a Arqueologia e a Antropologia. A inspiração para essa incursão pelas categorias da Antropologia vem de Tim Ingold (2000), que enfrentou desafios semelhantes ao investigar os caçadores-coletores da Lapônia e soube valorizar a importância da tradição dos estudos que está por trás de um conceito como esse. É o que se dá com a tradição dos estudos americanistas, que pensou os Mura por meio da categoria caçador-coletor da Floresta Tropical (Steward 1948: 883, 891).

Para os estudos da Amazônia, a categoria caçador-coletor serviu de esteio para uma reflexão sistemática e inovadora sobre os modos de vida nos ecossistemas tropicais. Lembrando que foi a partir de 1948 e do projeto do *Handbook of South American Indians (HSAI)* – coletânea organizada por Julian Steward a partir de uma

idéia do antropólogo e arqueólogo Nördeskiöld – que foram empreendidos esforços pela inserção das populações da Floresta Tropical em um projeto comparativo amplo, no qual os Mura foram identificados entre os grupos de caçadores-coletores da Floresta Tropical. O projeto da coletânea era, como se sabe, orientado pela tese da evolução multilinear exposta posteriormente por J. Steward (1955: 1-82), fortemente marcado pela grande narrativa do materialismo histórico, que tomava como eixo comparativo tanto a resposta humana às necessidades impostas pelo ambiente como os condicionantes históricos advindos da conquista colonial. Os Mura representavam, neste contexto, a expressão da vida social em bandos sem o recurso da agricultura ou apresentando uma agricultura insipiente (Steward 1948: 883, 891).

A fonte de conhecimentos sobre os Mura era, então, a crônica colonial, onde foram descritos como exemplo de gentio que não praticava a agricultura, preferindo abastecer-se nas roças alheias, sendo este traço o mais mobilizado nesse tipo de análise para se estabelecer um contraste com as populações tupi-guarani, que demonstravam dispor de habilidades agrícolas. Uma forte ênfase na disposição geográfica e na ocorrência de padrões culturais embasava a identificação dos Mura do HSAI como um caso paradigmático do modo de vida em bando, sendo a densidade ou não dos agrupamentos condicionada pela oferta de recursos naturais. O capítulo sobre os Mura, do HSAI, assinado por Curt Nimuendaju, sedimentava uma série de noções sobre o grupo que até hoje vigoram. Nimuendaju acertadamente associava os Mura aos Pirahã dos rios Maeci e Marmelos, utilizando para tanto o método da comparação linguística. Também dava grande ênfase à prática dos deslocamentos dos bandos pelas calhas dos grandes rios do sistema hidrográfico do Madeira-Purus, destacando a forma de subsistência baseada na caça, pesca e coleta além da prática de alguma agricultura, indo neste quesito, como percebeu Robert Lowie (1948: 1-56), contra o senso comum que afirmava ser o Mura radicalmente avesso ao cultivo da terra.

Quanto à religiosidade, Nimuendaju afirmava ser esta associada ao sistema xamânico do uso do Paricá (Nimuendaju 1948: 255-269). Destacando o nomadismo, o habitar em canoas e a grande mobilidade dos bandos Mura, reforçava em todo

caso, a consensual oposição entre caçadores coletores *versus* agricultores da mata, deixando de lado o principal, a nosso ver, que são as relações que, por meio dos cultivares e do domínio do ambiente, os Mura estabelecem com a caça. Pois os Mura jamais deixaram de manter suas roças de coivara, selecionar sementes, identificar espécies comestíveis, principalmente das palmeiras, tais habilidades de uma história construída no ambiente dos rios e lagos consistindo exatamente no principal segredo do sucesso dos caçadores-coletores do rio Preto do Igapó-Açú.

Assim, dois aspectos podem ser destacados quanto às construções teóricas que a etnologia ergueu sobre os Mura, tradição de estudos da qual somos tributários. O primeiro deles é o de “argonauta do rio Madeira” com a qual se sinaliza para a diferença representada pelos Mura no contexto do Projeto do HSAI, de exímios canoeiros e pescadores daquele sistema hidrográfico. De fato, as populações Mura da calha dos grandes rios amazônicos tratam, em suas narrativas, de uma certa forma, de relacionamento com o sistema aquático, e complementarmente acrescentaríamos que, na prática e na simbologia dos Mura, a mata está ligada à calha dos grandes rios pelos igarapés – e é na mata que tudo se origina, as entidades aquáticas estando, portanto intrinsecamente associadas à mata.

A segunda noção é a do “Mura Agigantado”, e desta é preciso construir alguma distância. Nimuendaju (1925: 255-269) parte das fontes históricas comprometidas com as forças que mantiveram os Mura sob a condição de população indígena escravizada pelo sistema colonial. Lendo a crônica colonial sem dispor de dados sistematizados sobre os Mura – que chegou a visitar em Autazes (Amoroso 2002), mas que naquela ocasião descartou como objeto legítimo da etnologia por considerar por demais aculturados –, Nimuendaju replicava nas páginas do HSAI a figura do “Mura Agigantado”, imortalizada na coleção de documentos sobre a “redução voluntária do gentio Mura” conjunto ao qual pertence o poema épico *A Muhuraida*, de Henrique João Wilckens (1785). Desta forma, nos apresenta os bandos de guerreiros nômades, argonautas que se deslocavam pela calha dos rios em uma dispersão que podia cobrir vastas extensões, indo do Atlântico ao Pacífico em suas incursões, nas quais empreendiam técnicas de guerrilha, tomando

de assalto roças, embarcações, inviabilizando povoamentos insipientes e os aldeamentos montados no rio Madeira (Amoroso 1992, 1998). Fragilmente confrontadas com a crítica etnográfica, tais imagens coloniais emergem nas páginas do HSAI, dificultando até hoje a inserção dos Mura no conjunto de análises comparativas que começam a refletir sobre populações do sistema hidrográfico do Purus e Madeira. Chamamos atenção, assim, para as possibilidades de análise que esse plano comparativo pode representar para os estudos atuais sobre os Mura, depois de efetivada a operação de “encolhimento” dos Mura, de forma a reconduzi-los a uma territorialidade original, a das bacias do Madeira e Purus. Nesse plano de trabalho, o auxílio da Arqueologia seria recomendável, nos informando sobre as redes pré-coloniais que prefiguram cenários como aqueles onde figuram os Mura, nas fronteiras entre os domínios coloniais.

Tomemos, agora, para valer a afirmação dos Mura, de que eles são caboclos do Matupiri, do Taciua e do Tupana, o que fazem aludindo a um pertencimento que se agrega ao próprio nome. Contamos com registros antigos sobre os Mura, que datam do início do século XX, realizados pelo missionário espiroquiano C. Tastevin (Faulhaber & Monserrat 2008; Carneiro da Cunha 2009b), que aludem ao tema das localidades em um outro plano, o das cosmologias. Escrevendo sobre a religiosidade dos Mura do rio Madeira, Tastevin lastimava não encontrar a “verdadeira religião” dos Mura, expressão, segundo ele, totalmente soterrada sob camadas de “superstições e velhacarias dos feiticeiros caboclos do Baixo Amazonas” (Faulhaber & Monserrat 2008: 68). Esses praticantes, desautorizados por Tastevin como representantes de uma religiosidade autêntica dos Mura, totalmente perdida na opinião do missionário, falavam em “pretensas cobras encantadas” que se comunicavam com os “feiticeiros” por meio de êxtases noturnos dos xamãs. As serpentes eram conhecidas dos Mura, tinham nomes: Vitoriano, Jason e seu filho, Inácio. Cada uma habitava um espaço aquático determinado, um rio, um furo ou um lago do sistema hidrográfico da região. Ainda frequentando as profundidades dos rios, os xamãs dos Mura conviviam e conheciam os hábitos dos botos: estes escolhiam as pessoas com quem pretendiam co-habitar e cabia aos “feiticeiros”

aplicar nos doentes os remédios e tratamentos que podiam afastar para sempre dos homens e das mulheres as entidades encantadas.

As serpentes encantadas constituem um tema importante dos Mura hoje, que com elas sinalizam localidades onde se adensam habitações, outrora em um formato disperso e descontínuo das “casas particulares”, hoje no padrão de aldeias e comunidades, circunstâncias distintas que, entretanto, guardam em comum o fato de estarem situadas em um ambiente do qual os Mura marcam sua presença. Articuladas a elas estavam no passado os “sacaca”, os grandes benzedores Mura, que intermediavam as relações dos humanos com as entidades subaquáticas.

As relações dos Mura com o ambiente sinaliza para diferentes planos de interações, grande parte deles ausentes das reflexões clássicas sobre o caboclo amazônico. Do ponto de vista daquilo que W. Balée chamou de “cultivo florestal indígena” (Carneiro da Cunha 2009a: 332), a ênfase de trabalhos recentes de arqueólogos com grupos de caçadores-coletores da floresta tropical, como os Maku estudados por Gustavo Politis (2001), nos alerta mais uma vez para a validade da tese da regressão defendida por Lévi-Strauss (1975 [1958]), quando

descartou a possibilidade de se associar os chamados caçadores-coletores do continente sul-americano ao arcaísmo e ao modo de vida paleolítico, anterior à domesticação das plantas e dos animais que marcaria a chamada “revolução neolítica”.

O manejo e domesticação das plantas que se deu na Amazônia foi processo requintado e criativo que contou com a colaboração intensa dos grupos de caçadores-coletores e suas práticas de horticultura, que deram a essa parte do continente algumas das suas características mais caras: a biodiversidade. O trabalho do biólogo e antropólogo mexicano César Carrillo Trueba (2004, 2006) sobre a diversidade biológica do Novo Continente tem demonstrado que também para a Mesoamérica a biodiversidade se deve, em grande parte, às práticas controladas de manejo das plantas, especialmente a dos caçadores-coletores horticultores. A combinação de uma mobilidade residencial controlada em um determinado espaço de circulação e coleta de frutos da floresta, propiciando os “jardins de plantas” espalhados em torno das habitações e garantindo a proximidade da fauna – esta é uma forma de relação com o ambiente que, no caso dos Mura, se reflete na sociocosmologia.

AMOROSO, M. Environmentalism and the new negotiations on the Mura from the River Preto do Igapó-Açú (AM). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 15-24, 2011.

Abstract: The theme of *topofilias* approached Anthropology to the lowland South America Archaeology in the early twentieth century, and this disciplinary approach used to define the Mura emerged as the Rain Forest hunter-gatherers paradigmatic case. This article is intended to take up this interdisciplinary dialogue in order to characterize the Mura's relations system with their environment. Building on the identification and delimitation reports of Mura Indian Lands (*T.Is. Terras Indígenas*), we look over the most appropriate model for public policies for the Mura, taking into account the particularity of their territoriality but also their long contact history. After the finding of certain conservatism adopted as the standard legal protection of Mura's land, we look into further negotiation on the front of the Mura environmental policies that surround the indigenous lands of the Madeira River hydrographic system.

Keywords: Mura – Hunter-gatherer – Environmentalism – Territoriality – Territorialization.

Referências bibliográficas

- ALBERT, B.; LE TOURNEAU, F.-M.
 2004 Florestas Nacionais na Terra Indígena Yanomami: um cavalo de Tróia ambiental? In: Ricardo, F. (Org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O Desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 372-382.
- AMOROSO, M.
 1992 Corsários no Caminho Fluvial: os Mura do Rio Madeira. In: Carneiro da Cunha, M. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura; FAPESP: 297-310.
 1998 Território do Medo. Notas sobre a utilização da crônica setecentista como fonte da etnografia Mura. In: Niemeyer, A.M.; Pietrafesa de Godoy, E. (Orgs.) *Além dos Territórios. Para um diálogo entre a tecnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, Mercado das Letras: 251-270.
 1999 *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Miguel Josefa*. Brasília: FUNAI.
 2000a *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Cunha-Sapucaia*. Brasília: FUNAI.
 2000b Os Mura tentam recuperar terras. In: Ricardo, C. A. (Org.) *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo, Instituto Socioambiental/ISA: 465-468.
 2002 Nimuendaju às voltas com a História. *Revista de Antropologia*, 44 (2): 173-186.
 2007 Etnografia e História na Amazônia, por Peter Gow. *Revista Cadernos de Campo*, 14/15: 193-226.
 2011 Interfaces da história dos Índios. *Anais da XI Jornadas de Ciências Sociais, UNESP Marília*, em homenagem a Manuela Carneiro da Cunha. Marília, São Paulo: UNESP (no prelo).
- CARNEIRO DA CUNHA, M.
 1998 Pontos de vista sobre a Floresta Amazônica: xamanismo e tradução. *Mana*, 4 (1): 7-22.
 2009a *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify.
 2009b *Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- CARRILLO TRUEBA, C.
 2006 *Pluriverso. Un ensaio sobre el conocimiento indígena contemporâneo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- 2004 *La diversidad biológica de México. México: Tercer Milenio*
- DESCOLA, P.
 1986 *La Nature Domestique: symbolisme et praxis dans l'ecologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
 1992 Societies of nature and nature of society. In: Kuper, A. (Ed.) *Conceptualizing society*. London, Routledge: 107-126.
 1996 Construindo naturezas. Ecologia simbólica y práctica social. In: Descola, P.; Pálsson, G. (Coords.) *Naturaleza e Sociedad. Perspectivas Antropológicas*. México, Siglo Veintiuno: 101-123.
 1998 Estrutura ou sentimento: a relação com os animais na Amazônia. *Mana, Estudos de Antropologia Social*, 4 (1): 23-45.
 2005 *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard.
- DESCOLA, P.; PÁLSSON, G.
 1996 *Naturaleza e Sociedad. Perspectivas Antropológicas*. México: Siglo Veintiuno.
- FAULHABER, P.; MONSERRAT, R.
 2008 *Tastevin e a etnografia indígena: coletânea e tradução de textos produzidos em Teffé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- FUNASA
 2010 www.funasa.gov.br/internet/desai/sistema-SiasiDemografialndigena.asp. Pesquisa em 5/11/2011.
- GOW, P.
 1991 *Of Mixed Blood - Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford: Oxford University Press.
- INGOLD, T.
 2000 *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London & New York: Routledge.
- LÉVI-STRAUSS, C.
 1975 A noção de arcaísmo em etnologia. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro [1958]: 121-140.
- LOWIE, R.
 1948 The Tropical Forests: an Introduction. In: Steward, J. (Ed.) *The Handbook of South American Indians*. Washington, Gov. & Smithsonian Institution: 1-56
- MOREIRA SANTOS, A.F.
 2009 Conflitos fundiários, territorialização e disputas classificatórias. Autazes, (AM), primeiras décadas do século XX. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional.

- NIMUENDAJU, C.
1925 As Tribos do Alto Madeira. *Journal Soc. Amer.*, 17: 137-172.
1948 The Mura and Pirahã. In: Steward, J. (Ed.) *The Handbook of South American Indians*. Washington, Gov. & Smithsonian Institution: 255-269.
- PEQUENO, E.S.S.
1999a *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da A.I. Fortaleza do Castanho*. Brasília: FUNAI.
1999b *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da A.I. Tabocal*. Brasília: FUNAI.
1999c *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da A.I. Padre*. Brasília: FUNAI.
1999d *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da A.I. Boa Vista*. Brasília: FUNAI.
1999e *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Pataua*. Brasília: FUNAI.
1999f *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da A.I. Apipica*. Brasília: FUNAI.
- PEREZ, C.A.M.
1997 *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Rio Urubu*. Brasília: FUNAI.
- PEREZ, C.A.M.; MONTEIRO, E.B.
1997 *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Paraná do Arauato*. Brasília: FUNAI.
- POLITIS, G.
2001 Foragers of the Amazon: the last survivors or the first to succeed? In: McEwan, C.; Barreto, C.; Neves, E.G. (Eds.) *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*. London, British Museum Press: 26-49.
- ROMANO, A.A.
1992a *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Arari*. Brasília: FUNAI.
1992b *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Setemã*. Brasília: FUNAI.
- 1998 Índios de verdade. Territorialidade, história e diferença entre os Mura da Amazônia Meridional. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS.
- SOUZA, E.S.
1998a *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Lago Capana*. Brasília: FUNAI.
1998b *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Pinatuba*. Brasília: FUNAI.
1998c *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Rio Manicoré*. Brasília: FUNAI.
1998d *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Ariramba*. Brasília: FUNAI.
1999 *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Rio Jumas*. Brasília: FUNAI.
- STEWART, J.
1948 South American Cultures: an interpretative summary. In: Steward, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Vol. 5. Washington, Gov. & Smithsonian Institution: 669-768.
1948 Culture areas for the Tropical Forests. In: Steward, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Vol. 3. Washington, Gov. & Smithsonian Institution: 883-901.
1955 *Las civilizaciones antiguas del Viejo Mundo y de America. Symposium sobre las civilizaciones de regadío*. Washington: Union Panamericana.
- STRATHERN, M.
1998 Novas formas econômicas: um relato das Terras Altas da Papua-Nova Guiné. *Mana*, 4 (1): 109-139.
- TAFURI, S.R.B.
S/d. *Relatório de viagem para identificação, definição, delimitação e levantamento fundiário das terras habitadas pelos índios Mura*. Brasília, DF: Minter-FUNAI, 25.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.
2002 *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.